

1968 – de novo !

Marcelo Ridenti *

1968: ano referencial de uma época

Alguns acontecimentos marcantes – como as manifestações de rua em maio na França, a ofensiva do Tet que mudava os rumos da guerra no Vietnã, a primavera de Praga, as batalhas da polícia contra estudantes no México, no Japão, no Brasil e em outros países – fizeram de 1968 um ano mágico e mítico, a simbolizar a rebeldia mundo afora na década de 1960. Sem negar a força simbólica dos acontecimentos, é preciso questionar a substancialização de certas datas, como se elas tivessem significado em si mesmas. Sem dúvida, elas expressam importantes eventos históricos, os quais, no entanto, não se fecham em limites cronológicos exatos, dentro de determinado ano ou década. De modo que falar em “1848”, “1968”, “década de 1920”, “anos 1970” e assim por diante é mais um recurso analítico de exposição sintética do que propriamente uma exatidão histórica.

Talvez seja mais pertinente tratar de épocas em que ganharam força inusitada certas maneiras de ver o mundo e de agir sobre ele, que não se aprisionam em datas precisas. Assim, tratar de 1968 significa tentar entender a época em que os acontecimentos desse ano se inserem e de que ele é símbolo, cujos limites cronológicos são relativamente móveis, grosso modo, do final dos anos 1950 a meados dos 1970. Em âmbito mundial, é plausível pensar que essa época pode ser datada para efeito didático-expositivo da denúncia dos crimes de Stálin no XX Congresso do Partido Comunista soviético em 1956 até o fim da guerra do Vietnã em 1975. Na América Latina, seria o tempo que vai da vitória da revolução cubana em 1959 até o golpe que derrubou o governo Allende no Chile em 1973.

No Brasil, pode-se datar os anos rebeldes do fim do governo Kubitschek – simbolizado pela inauguração de Brasília como nova capital federal, em 1960, expressando a rápida modernização do país nos anos anteriores – até a promulgação do Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1968, que acabou com o florescimento político e cultural e deixou claro que estava no poder uma ditadura militar e civil que não teria clemência com seus inimigos. Outra alternativa seria “esticar” a época até 1974, ano do fim da guerrilha do Araguaia e da vitória nas eleições parlamentares do partido oposicionista legalizado, o Movimento

* Professor Titular de Sociologia na Universidade de Campinas (UNICAMP) e pesquisador do CNPq. Autor de *L'intellectuel, l'État et la Nation – Brésil-Amérique Latine-Europe* (L'Harmattan, 2006, com Denis Rolland e Elide Rugai Bastos), *Intellectuels et politique, Brésil-Europe* (L'Harmattan, 2003, com Denis Rolland e Elide Rugai Bastos), *História do Marxismo no Brasil*, vols. 5 e 6 (Ed. UNICAMP, 2007, com Daniel Aarão Reis), *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução* (Record, 2000), *O fantasma da revolução brasileira* (Ed. UNESP, 1993), entre outros livros.

Democrático Brasileiro. Essas duas possibilidades para estabelecer o fim de uma época no Brasil evidenciam que as datas são apenas simbólicas e propostas para efeito analítico-expositivo. De modo que seria legítimo apontar eventos históricos diferentes dos mencionados para estabelecer suas fronteiras com as épocas imediatamente anteriores e posteriores.

Talvez caiba falar em zonas cinzentas nas fronteiras das épocas em que certas idéias e atitudes individuais e coletivas se tornam referências para as ações sociais – mas não as únicas, nem necessariamente hegemônicas, pois não desaparecem outras maneiras de ver, sentir, pensar e agir, que por vezes seguem com força significativa.

Ainda que seja difícil escapar das zonas cinzentas na fronteiras entre épocas, pode-se dizer que houve em toda parte um período que ficou marcado pela força de visões de mundo rebeldes e revolucionárias, em que era forte um sentimento generalizado de que transformações sociais profundas estavam ao alcance das mãos, e de que o mundo caminhava para elas – aspectos em geral associados à década de 1960 e, particularmente, ao ano de 1968. Era um tempo de valorização da política, especialmente dos intelectuais e artistas como agentes transformadores, politizando a estética e estetizando política: fundiam-se arte e vida – pública e privada –, apostava-se no potencial criativo e revolucionário da ação para mudar o mundo e a vida em todos os seus aspectos, vislumbrando-se a possibilidade de alcançar modernidades alternativas àquela do capitalismo norte-americano e também ao modelo soviético de socialismo.

A época de 1968 foi marcada internacionalmente por algumas condições materiais, como o aumento e a diversificação das classes médias, a urbanização crescente, a consolidação de culturas e modos de vida típicos das metrópoles, o maior acesso ao ensino superior, a presença expressiva da juventude na composição etária da população, a dificuldade dos poderes estabelecidos – incluindo o soviético – para representar sociedades que se renovavam, certa democratização do avanço tecnológico que estabelecia o que então se convencionou chamar “sociedade de consumo”. Por si sós, essas condições não explicam a disseminação de movimentos rebeldes e revolucionários em todo o planeta, como as manifestações estudantis na França, no Brasil, no México e por todas as partes, os protestos contra a guerra no Vietnã, especialmente nos Estados Unidos, a primavera de Praga, a revolução cultural chinesa, a alternativa dos *hippies* e da contracultura, a emergência das questões ditas das minorias – nos movimentos de mulheres, negros e homossexuais – e ainda a deflagração de ações armadas por grupos espalhados mundo afora, inspirados em revoluções

de libertação nacional em andamento ou recentemente vitoriosas, como a revolução cubana de 1959 e a independência da Argélia em 1962. Contudo, aquelas condições materiais criavam um ambiente propício a diversificadas ações culturais e políticas transformadoras.

Na América Latina, as sociedades passavam por mudanças estruturais, com a rápida modernização e urbanização. Particularmente na sociedade brasileira, o golpe de Estado de 1964 significou o fim do processo de democratização social e política que fora respaldado por mobilização popular significativa, a reivindicar reformas estruturais, com apoio nos meios artísticos e intelectuais comprometidos com a conscientização do povo que deveria protagonizar uma revolução.

A sociedade brasileira vivia um dos processos de urbanização mais rápidos da História mundial. Ela fora predominantemente rural até os anos 1950, e tornou-se eminentemente urbana na década de 1970. Uma transformação tão acelerada viria a gerar problemas sociais, políticos, econômicos e culturais, mas também abria portas para uma onda significativa de criatividade em todos os campos.

Os acontecimentos de 1968 no Brasil

As manifestações brasileiras em 1968 estavam em sintonia com o que ocorria no mundo todo no período, mas tiveram a particularidade de inserir-se na luta contra a ditadura militar e civil que interrompera o processo democrático em 1964. Ela enfrentava três frentes de contestação social e política: o movimento estudantil, o movimento operário e a agitação cultural promovida por intelectuais e artistas.

O movimento operário – que estava fora de combate desde o golpe de Estado de 1964 – ressurgiu em 1968. Primeiro veio uma greve em Contagem, cidade industrial próxima a Belo Horizonte, no mês de abril: setores sindicais de esquerda lideraram um movimento que obrigou o governo federal a fazer concessões trabalhistas.

Por sua vez, setores mais moderados do sindicalismo constituíram o Movimento Intersindical Anti-arrocho (MIA), logo extinto. O governador de São Paulo, Abreu Sodré, chegou a ser convidado pelo MIA para o comício de 1^o de maio de 1968 na Praça da Sé. Ele compareceu ao ato, pois talvez tivesse esperança de conseguir algum respaldo popular para seu projeto de vir a tornar-se Presidente da República, indicado pelo regime, numa eventual recomposição de forças em seu interior. Ele e os dirigentes sindicais presentes, considerados pelegos, tiveram de refugiar-se na Catedral, pois foram expulsos do palanque por grupos operários de Osasco e da região do ABC, estudantes e militantes da “nova esquerda”. Após queimar o palanque, os revoltosos saíram em passeata, gritando “só a luta armada derruba a

ditadura”. De fato, vários dos presentes já pertenciam ou viriam a integrar-se às organizações que pretenderam enfrentar a ditadura de armas na mão, fazendo uma ou outra ação armada em 1968, precursoras da escalada guerrilheira urbana nos anos seguintes.

No mês de julho de 1968, em Osasco, cidade da Grande São Paulo, operários fizeram uma greve legendária. Na época, Osasco era considerada “a Meca das esquerdas”, dada a atração exercida pela combatividade do Sindicato dos Metalúrgicos – contrastante com a mobilização operária escassa em quase todo o país. O governo reprimiu duramente a greve: estava decidido a não fazer mais concessões como aquelas em Contagem. Os dirigentes sindicais mais combativos caíram na clandestinidade; dentre eles, os que ainda não tinham aderido a organizações de esquerda passaram a fazê-lo. O presidente do Sindicato, José Ibrahim, e os principais líderes do movimento trabalhavam durante o dia e estudavam à noite. Eram operários-estudantes, influenciados pelo exemplo da revolução cubana. A aproximação entre operários e estudantes em Osasco e outras cidades dava-se não só pelo fato de vários jovens operários também serem estudantes, mas também porque estudantes universitários atuavam politicamente junto aos operários ou até empregavam-se nas fábricas para tornarem-se trabalhadores. O movimento operário foi significativo, mas sem dúvida o movimento de maior expressão nacional e numérica em 1968 foi o dos estudantes.

O movimento estudantil seguiu uma dinâmica de luta própria, anterior ao famoso maio francês. O ano de 1968 começou com manifestações de estudantes, especialmente no Rio de Janeiro. Eles reivindicavam ensino público e gratuito para todos, uma reforma que democratizasse o ensino superior e melhorasse sua qualidade, com maior participação estudantil nas decisões, mais verbas para pesquisa – voltada para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. Os estudantes também contestavam a ditadura e o cerceamento às liberdades democráticas. A maioria dos universitários estudava em escolas públicas e o acesso ao ensino superior era restrito, havendo uma procura muito maior que a oferta de vagas.

A rebelião estudantil vinha sendo esboçada desde 1966, mas só viria a desenvolver-se plenamente em 1968. Eram conhecidos como “excedentes” os estudantes que obtinham média nos vestibulares, mas não entravam na Universidade porque o número de vagas disponíveis era menor do que o de aprovados. No início do ano, eles se mobilizaram por mais vagas, ao passo que os frequentadores do Calabouço – restaurante estudantil carioca, cuja clientela era composta especialmente por estudantes secundaristas pobres – pleiteavam sua ampliação e

melhoria. Essas reivindicações específicas associavam-se à luta mais geral contra a política educacional e contra a própria ditadura.

A polícia invadiu o restaurante Calabouço em 28 de março de 1968, gerando o primeiro grande conflito de rua daquele ano. Vários estudantes ficaram feridos e foi morto o secundarista Edson Luís de Lima Souto, cujo corpo foi levado para a Assembléia Legislativa. Milhares de pessoas compareceram ao enterro, no Rio de Janeiro. Passeatas de protesto espalharam-se pelo resto do país. Em Goiânia, a repressão policial matou mais um estudante.

Nos meses de abril e maio de 1968, houve novas manifestações públicas, mas os estudantes em geral buscaram refazer as forças, recolhendo-se no interior das faculdades. O movimento estudantil ganharia novamente as ruas em junho, mês no qual atingiu seu ápice em todo o país. Generalizavam-se passeatas, greves e ocupações de faculdades. As divergências na cúpula do regime, indecisa entre a abertura e o fechamento político nacional, eram exploradas pelos estudantes. O Rio de Janeiro era o cenário principal, onde os estudantes logravam adesão popular a suas manifestações: mais de cem pessoas foram presas após sete horas de enfrentamento nas ruas no dia 19 de junho; as cenas repetiram-se no dia 21, ainda mais agravadas, deixando quatro mortos, dezenas de feridos e centenas de presos durante a “sexta-feira sangrenta”. A primeira de uma série de ocupações de escolas, pelo país afora, ocorreu no dia 22, na tradicional Faculdade de Direito de São Paulo, logo seguida pela Faculdade de Filosofia. Protestos, manifestações, ocupações e passeatas ocorriam também em Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza, Porto Alegre, João Pessoa, Florianópolis, Natal, Belém, Vitória, São Luís e outros centros universitários.

No dia 26 de junho de 1968, ocorreu a célebre *Passeata dos Cem Mil*: estudantes, intelectuais, artistas, religiosos e populares foram às ruas do Rio de Janeiro para protestar contra a ditadura e a repressão policial às manifestações. O governo não reprimiu a passeata devido à pressão da opinião pública. Uma Comissão ampla foi indicada para iniciar um diálogo com o governo, sem sucesso. Um impasse estava colocado ao movimento estudantil: as autoridades não faziam concessões e intensificavam a repressão.

Enquanto isso, uma série de atentados era praticada por uma organização paramilitar de extrema-direita, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC), composto por estudantes e policiais. Por outro lado, algumas organizações de esquerda faziam ações como a explosão de uma bomba no Quartel General do II Exército em São Paulo, que vitimou um cabo em 26 de junho.

Em 3 de agosto de 1968, foi preso o principal líder estudantil carioca, Vladimir Palmeira. A Universidade de Brasília foi violentamente invadida pela polícia no dia 29. Diante da repressão, diminuía o número de passeatas e de participantes. Dia 3 de outubro, em São Paulo, foi assassinado um estudante na Faculdade de Filosofia, após ataque de estudantes e paramilitares de direita abrigados na Universidade Mackenzie. Seguiram-se passeatas e choques com a polícia nos dias subsequentes.

O Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, no interior paulista, foi desmantelado antes mesmo de começar, em 15 de outubro de 1968. Todos os presentes foram presos, cerca de 700 universitários, inclusive os líderes mais expressivos, como José Dirceu. Estava derrotado o movimento estudantil brasileiro de 1968. Vários de seus integrantes passariam a concentrar suas atividades na militância política clandestina contra a ditadura, em organizações de esquerda.

A contestação radical à ordem estabelecida difundia-se socialmente também no cinema, no teatro, na música popular, na literatura e nas artes plásticas. Nos anos 60, particularmente em 1968, manifestações culturais diferenciadas cantavam em verso e prosa a esperada “revolução brasileira”, que deveria basear-se na ação das massas populares, em cujas lutas a intelectualidade de esquerda estaria organicamente engajada.

Dois grandes campos dividiam, grosso modo, os artistas contestadores em 1968: o dos vanguardistas e o dos nacionalistas. Estes procuravam usar uma linguagem autenticamente brasileira, na luta pela afirmação de uma identidade nacional-popular que seria, no limite, socialista. Enquanto os vanguardistas – liderados pelo movimento tropicalista de Caetano Veloso e Gilberto Gil – criticavam o nacional-popular, buscando sintonizar-se com as vanguardas norte-americanas e européias, particularmente com a contracultura, incorporando-as criativamente à cultura brasileira. Apesar das divergências e das rivalidades entre eles, os artistas engajados nos dois campos viriam a sofrer perseguições, censura a suas obras e até mesmo prisão e exílio.

Entretanto, havia um contraponto novo e decisivo ao engajamento pós-1964: a consolidação da indústria cultural e, com ela, o surgimento de um segmento de mercado disposto a consumir produtos culturais de contestação à ditadura. É o que se revela, por exemplo, com o enorme sucesso de canções engajadas nos festivais de música popular na televisão. Eram evidências de mudanças na configuração da sociedade brasileira: a ditadura promoveria certa modernização autoritária que contribuiria a médio prazo para alterar as predisposições revolucionárias nos meios artísticos e intelectuais.

Em 13 de dezembro de 1968, o regime civil-militar deu um basta a seus opositores: baixou o Ato Institucional número 5 (AI-5), conhecido como “o golpe dentro do golpe”. Oficializou-se o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas estaduais foram colocados temporariamente em recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc. Simultaneamente, generalizavam-se as prisões de opositoristas, o uso da tortura e do assassinato, em nome da manutenção da segurança nacional, considerada indispensável para o desenvolvimento da economia, do que se denominaria mais tarde “milagre brasileiro”.

Inúmeros estudantes, intelectuais, trabalhadores, políticos e outros opositoristas dos mais diversos matizes foram presos, cassados, torturados, mortos ou forçados ao exílio, após a edição do AI-5. Rígida censura foi imposta aos meios de comunicação e às manifestações artísticas. O regime militar buscava dar fim à agitação política e cultural do período.

Considerações finais

No ano de 2007, durante a campanha presidencial na França, o candidato vencedor, Sarkozy, anunciou que seria preciso acabar de vez com a herança de 1968. No Brasil, às vésperas de começar o ano de 2008, o jornalista Elio Gaspari – autor de uma série de livros em que revela segredos da ditadura militar – anunciava o tom de certas críticas ao que ele chamou de “sessão saudade de 1968”, que ele previa para este ano em que se comemoram os 40 anos de 1968 (*Folha de São Paulo*, 26/12/2007, p. A9). Ele criticava a sacralização de 1968, que omitiria o culto dos jovens rebeldes à violência das massas. Para ele, o ano importante de fato teria sido 1989, a simbolizar o colapso do socialismo no leste europeu.

Um jovem que lê o artigo de Gaspari pode imaginar que os rebeldes e revolucionários de 1968 estavam afinados com o poder soviético. Ora, 1968 foi justamente a expressão do inconformismo com o mundo da guerra-fria, crítico do que Guy Debord chamou à época de sociedade do espetáculo, tanto do “espetacular concentrado” do “capitalismo burocrático” dos países herdeiros do stalinismo, como do “espetacular difuso” da abundância do capitalismo contemporâneo, que acabou triunfando e hoje prevalece soberano.

As lutas de 1968 foram muito diferenciadas: do pacifismo *hippie* ao revolucionarismo de maoístas e guevaristas, da primavera de Praga contra o socialismo real às insurgências contra o capitalismo mundo afora. Mas todas elas tinham em comum certa insatisfação com a ordem estabelecida. Por certo, a experiência histórica viria a revelar os limites e as ilusões das

lutas de 1968, que entretanto deixaram um legado que tende a eternizar o espírito da época: o inconformismo, que contrasta com um tempo como o nosso, em que prevalece o conformismo com a ordem mundial dos vencedores da guerra-fria.

Afirmações como as de Sarkozy e de Gaspari expressam certo desejo de recusar alternativas à organização social, política, econômica e cultural em moldes capitalistas. Expressam o combate às forças herdeiras das lutas de 1968, que têm levantado de diversas perspectivas a palavra-de-ordem “um outro mundo é possível”, um mundo em que os valores fundamentais não sejam os do lucro, mas da convivência e realização plena dos seres humanos, em suas relações entre si e com a natureza. Neste último aspecto, ganham especial relevo as lutas pela preservação do meio ambiente, que tendem a se chocar com a lógica do capital e nesse sentido são continuadoras legítimas do inconformismo que o ano de 1968 simboliza, como precursor também da antipsiquiatria, do feminismo, de movimentos de homossexuais, de minorias étnicas e de novas lutas por um socialismo democrático.